

ARQUIVOS

A HERANÇA SAGRADA*

EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Noção: –“Conjunto documental resultante das actividades próprias de um serviço público, instituto religioso, estabelecimento cultural, empresa económica, etc., e ordenado em função dessas actividades, que, conservado inicialmente apenas por conveniência e para uso da entidade a que pertence, o pode vir a ser mais tarde (perdido já o seu préstimo sob o ponto de vista prático ou utilitário) em razão do valor histórico das peças que o constituem. Lugar, edifício ou estabelecimento onde se guardam, metodicamente arrumados, documentos da indicada natureza”. (Enciclopédia Verbo, vol. II, coluna 1272).

Quando penso na minha vida profissional que decorreu, inteiramente, num arquivo e, agora, que já transpus a meta que dá sobre a última etapa da vida, sinto uma profunda emoção ao lembrar os anos, quase quatro décadas, em que um grande e riquíssimo arquivo me enfeitiçou, me prendeu, me alertou quanto aos cuidados que, dia a dia, lhe tinha de dispensar, ajudado pelos meus colaboradores, Arquivo que até acabou por me estar completamente confiado. Só lamento que não tenha podido conviver mais intensamente com a riqueza documental nele guardada e passado a letra de forma muitas importantes fontes para a história local e para a história do país.

Nesse tempo, porém, em que o Arquivo estava ligado a uma grande Biblioteca e a uma Hemeroteca que todos os dias cresciam e que para servir estas unidades apenas existiam sete pessoas, que poderia fazer, que se

*Palestra proferida em 23/5/1986, no âmbito do ciclo da conferências do A.D.B. e intitulado “Arquivo. A Alma de Um Povo”.

poderia fazer? Além disso, foi nesse tempo que choviam os pedidos de certidões de prazos para remissão de foros e no Arquivo tinha-se de trabalhar intensamente para satisfazer esses constantes pedidos que tinham de ser satisfeitos em curto prazo.

Lembro, reverentemente, a memória do Dr. Francisco Lopes Teixeira, grande paleógrafo, e de quem fui sucessor neste Arquivo. Nos poucos meses que trabalhei com ele, muito aprendi no aperfeiçoar-me na leitura de prazos e tombos, cuja grafia, não obedecendo a quaisquer regras paleográficas, se mostrava como arreliante cacografia a requerer paciência e treino a quem a quisesse desvendar.

Quando Lopes Teixeira se aposentou por limite de idade, vi-me desamparado no meio de todos aqueles documentos que era preciso ler e deles passar certidão. Felizmente que tive a ajuda de dois elementos do quadro de pessoal do Arquivo, felizmente ainda no activo, e com boa predisposição para tais leituras, que vieram a ser e são hoje excelentes paleógrafos. O tempo, contudo, não dava para mais nada. Nós olhávamos, por vezes, com ternura e curiosidade para todos aqueles fundos documentais e nada mais podíamos fazer do que ter esperança em melhores dias, num futuro alargamento do quadro de pessoal, esperança que julguei poder concretizar após a minha intervenção no Encontro de Bibliotecários-Arquivistas – o II, realizado em Lisboa, em 1966. Nesse Encontro subordinei o meu trabalho ao assunto que sempre mais me preocupou – a exiguidade dos quadros de servidores. Sem servidores, arquivos e bibliotecas não poderiam ser mais do que armazéns de documentos e de livros, bem ou mal arrumados. É certo que há os leitores e investigadores para darem vida a esses centros de cultura e trazerem à luz fundos documentais riquíssimos. Mas grande parte dessas fontes aí permanecerão no desconhecido, mergulhadas em mistério. O investigador sabe que ali está uma mina, mas só o acaso o ajudará.

Dei, pois, ao meu trabalho apresentado nesse II Encontro, o seguinte título: "Da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga e da necessidade de alargar o seu quadro de pessoal". E fiquei na expectativa de que tal intervenção pudesse despertar nos altos responsáveis, o desejo de ocorrerem a essa falha terrível a barrar o caminho a tantos e bons investigadores. Pura ilusão, contudo. Só com a criação da Universidade do Minho e com a integração da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital nesse recém-nascido estabelecimento de ensino superior é que esse estado de coisas melhorou. E melhorou, muito principalmente, porque se dividiu em três unidades a já antiga Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, isto é: dividiu-se em Arquivo

– Biblioteca – Hemeroteca, tendo cada uma destas unidades uma certa autonomia e um quadro de pessoal distinto.

Os benefícios que advieram deste ordenamento já estão patentes nas publicações que se imprimiram até esta data. Cito, entre outras: – “Inventário das Cartas do Cabido de Braga”; – “Inventário das Comendas”; – “Inventário da gaveta das cartas”; – “Inventário das Visitas e Devassas”. São trabalhos, altamente meritórios, executados pelos distintos responsáveis pelo Arquivo, Dra. Maria da Assunção Vasconcelos Chaves e Dr. Armando Malheiro da Silva e pela devotada equipa que com eles trabalha que, neste momento saúdo com amizade e admiração.

Devo, no entanto, lembrar que durante o longo período anterior à fundação da Universidade do Minho, muito trabalho se fez em prol de investigadores que iam pedindo a ajuda dos poucos funcionários do Arquivo. É-me grato assinalar, entre eles, o Prof. Robert Smith de saudosa memória, que deixou uma obra monumental sobre o barroco em Braga, pondo, sobretudo, em evidência o grande artista André Soares, e o grande medievalista, Prof. José Mattoso, os quais, neste Arquivo, encontraram grande parte das fontes para os seus magistrais trabalhos.

Com efeito, o trabalho num arquivo é extraordinariamente emocionante, quase detectivesco e sempre recompensante. Ao ordenarmos um fundo, ao realizarmos uma incorporação, ao procedermos a uma investigação, quer para um trabalho que trazemos em mente, quer para um investigador que nos solicita a nossa ajuda, quantos assuntos, quantos factos inesperados que voltam à luz e ali estão ao nosso dispor para esclarecer episódios e factos que se julgavam para sempre insolúveis. Emocionante também porque, num Arquivo, toda aquela documentação, todos aqueles códices são preciosidades únicas. São relíquias do passado que nunca poderemos rejeitar, que devem ser para nós, conscientes do valor desse tesouro e da responsabilidade que temos – nós arquivistas – para com ele, é que somos levados a chamar-lhe a “*Herança Sagrada*”.

Na verdade, quase toda a massa impressa: livros, revistas e até jornais encontram nos arquivos copiosa informação. Inclino-me mesmo a dizer que nada do que se imprime, rejeita o recurso aos fundos arquivísticos. À primeira vista seríamos tentados em dizer que uma obra de ciências nada teria a ver com esses fundos. Devemos, contudo, lembrar-nos que muitos dos originais de cientistas, são guardados cautelosamente em arquivos. Em muitos desses arquivos, nomeadamente estrangeiros, grande parte desses originais, já se encontram microfilmados, mas, mesmo assim, não perdem a sua qualidade de material de arquivo, só que a microfilmagem veio

dar-lhes mais garantias de segurança.

À primeira vista parece-nos, também, que os escritores, romancistas, contistas e poetas não recorrem aos arquivos para os seus trabalhos literários. Mas não é verdade. Recordemos, apenas, os escritores portugueses Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Rebelo da Silva, Arnaldo Gama, Camilo Castelo Branco para verificarmos que muita da sua obra de ficção assenta em documentação de arquivos.

Os arquivos são para nós – arquivistas – motivo de culto muito especial e o nosso maior desejo é transmitir esse culto, esse sentimento, a todos os que os frequentam. Obter-se-á, assim, uma garantia de defesa para a tal herança sagrada.

Lembrarmo-nos das perdas que, através dos tempos, tantos e ricos arquivos sofreram, sentimos um aperto no coração. Creio que será preciso, ainda, mentalizarmo-nos no tocante à salvaguarda de geração em geração e que sem essa documentação a História não seria possível. Todas as construções no domínio da historiografia mostrarão sempre graves lacunas em razão das grandes perdas documentais.

O desleixo e a indiferença de grandes responsáveis pela conservação das fontes históricas tem-se verificado, infelizmente, a todos os níveis. O nosso grande Arquivo da Torre do Tombo só agora é que se abre para ele a possibilidade de ser instalado em condições à altura de um grande Arquivo Nacional. Até ao momento tem vivido confinado aos baixos do edifício da Assembleia da República (Palácio de S. Bento) e a casas alugadas nas imediações.

Houve mesmo atentados a colecções documentais que nos arrepiam pela ignorância que demonstram. A colecção de Inquirições “De Genere” da diocese do Porto, por exemplo, foi toda vendida a fogueteiros que do papel fizeram os cartuchos para meter a pólvora e demais ingredientes pirotécnicos para os foguetes de vistas. Felizmente que a Arquidiocese de Braga soube conservar uma monumental colecção de Inquirições “De Genere” que ocupam hoje um largo espaço no Arquivo da nossa cidade. Não quer dizer que não se tenham perdido alguns maços, visto que antes de serem incorporados no Arquivo, sofreram infiltrações na arrecadação do Paço onde se encontravam. Devo, no entanto, referir que muitas das destruições sofridas por valiosíssimas colecções documentais, muitas delas em pergaminho e remontando aos primórdios da nacionalidade, se ficaram devendo às más instalações em que eram guardadas e ao desconhecimento das mais elementares regras de arquivologia de quem devia velar pela conservação dessas preciosidades.

O saudoso Dr. Alberto Feio, que foi o grande organizador do Arquivo e da Biblioteca de que Braga tanto se orgulha e que são hoje dois fundamentais pilares da Universidade do Minho, escreveu uma bem elaborada monografia sobre o Arquivo Distrital de Braga (Notas histórico-descritivas) e conta, a propósito dos padecimentos por que passou muita documentação que hoje se guarda e enriquece o arquivo, o seguinte: – “Ligado à Capela da Glória, ergue-se um cubo ameado de que muito tempo ignorei a serventia. Veio indicar-me Fr. Prudêncio de Sandoval, nas “Antiguedades de la Iglesia de Tuy” obra datada de Braga de 1610, quando, referindo-se a certo documento de posse de uma conezia daquela igreja usufruída por D. Gonçalo Pereira, diz que se guardava em “Braga en el Archivo de la Capilla deste Arzobispado”. Tive logo para mim, – Conta o Dr. Alberto Feio – que era a Torre o lugar do ignorado Arquivo. Ali fui logo e, com dificuldade, procurei o tesouro encantado. Num armário a desfazer-se, cheio de lixo e de teias de aranha, descobri uma enorme quantidade de pergaminhos, encobertos por espessa camada de pó negro e caruncho da madeira, no fundo do velho móvel. Nem mais um dia ali os deixei. Procurado o presidente da Comissão dos bens eclesiásticos e obtida autorização para a transferência, foram removidos para a Biblioteca (-Arquivo). Depois de escovados, verifiquei que cerca de duzentos estavam absolutamente perdidos (!). Os restantes, perto de 700, por serem da mesma natureza dos vindos da Mitra, foram juntos com estes, formando hoje a “Colecção cronológica”. Deu-se-lhes este nome – explica o Dr. Feio – “pela disposição que achei conveniente dar aos pergaminhos e documentos do cartório da Mitra a que foram juntos os da Capela da Glória. Esta parte encontra-se hoje disposta em caixas de cartão forte e compreende todos os instrumentos, provisões, alvarás, sentenças, contratos, escrituras, forais, prazos e cartas régias, respeitantes ou de interesse para o arcebispado, (...), sendo formada por mais de 2 000 pergaminhos, dos quais 182 dos séculos X a XIII”. Escusado será dizer que alguns são de altíssima importância para a história de como Portugal nasceu.

E esclarece, ainda, o Dr. Alberto Feio: – “Dos documentos da Capela da Glória, uma parte devia pertencer à Mitra, como bulas, provisões, etc., do tempo de D. Gonçalo Pereira, outra parte interessava às propriedades doadas à referida capela, referindo-se o restante, talvez a maior parte, a assuntos particulares do instituidor. Na organização da Colecção Cronológica separaram-se, por numerosas, as bulas pontifícias que numeradas e inventariadas à parte, constituem hoje o “Bullarium” deste Arquivo”.

Creio, assim, ter chegado ao ponto em que me devo debruçar, muito particularmente sobre o Arquivo Distrital de Braga que eu servi, bem ou mal,

mas devotadamente, cerca de quarenta anos. Este Arquivo viveu ligado à Biblioteca Pública até à criação da Universidade do Minho, como atrás disse e, tendo a esta ficado ligado, adquiriu então, especial autonomia em relação à Biblioteca, mais velha quase um século.

Foi a partir de 1911 que este Arquivo se começou a formar em virtude da lei da separação haver determinado que os diferentes cartórios braca-renses passassem à posse do Estado e que fossem dados em depósito à Biblioteca Pública.

Em 1917 e feito um acordo com a Inspeção das Bibliotecas e Ar-quivos, conseguiu-se que a antiga Junta Geral do Distrito tomasse a seu cargo a manutenção de um Arquivo Distrital, sendo em 11 de Agosto desse ano, promulgado o respectivo decreto, com o número 3286. Refere-se a este facto o Dr. Júlio Dantas, ilustre escritor e que durante muitos anos foi inspec-tor da Bibliotecas Eruditas e Arquivos, num artigo “Novas Bibliotecas, novos Arquivos” – que publicou nos “Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal”, vol. III, 1917.

Ora, o referido decreto 3286, de 1917 – 11 de Agosto – estabelece: – “Artº 1º – É criado anexo à Biblioteca Pública de Braga, nos termos do Artº 27º do decreto com força de lei de 18 de Março de 1911, um Arquivo Distri-tal, subordinado ao Ministério da Instrução Pública por intermédio da Ins-pecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, cujo fundo será constituído pelas seguintes colecções:

- a) Cartório do Cabido bracarense, com o corpo de armários em que se encontra instalado;
- b) Arquivo da Sé (ao tempo já incorporado);
- c) Cartório da Mitra (idem);
- d) Cartório da Câmara Eclesiástica;
- e) Documentos dos extintos mosteiros, existentes na Inspeção de Finanças (também já incorporados);
- f) Documentos da antiga Provedoria e resíduos;
- g) Documentos da antiga Prefeitura do Minho;
- h) Cartórios dos hospitais, confrarias e misericórdias do Distrito, na parte desnecessária à sua administração;
- i) Cartórios paroquiais do Distrito, nos termos do decreto nº 1 630, de 9 de Junho de 1915;

- j) Cartórios notariais do Distrito, nos termos do decreto nº 2 607, de 2 de Setembro de 1916;
- l) Processos crimes, cíveis e orfanológicos, dados por findos antes dos últimos trinta anos;
- m) Todos os documentos e processos provenientes de repartições extintas e serviços cessantes do Distrito, que, nos termos da lei geral, devessem dar entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo".

Esta a transcrição do decreto que deu vida ao nosso Arquivo, fazendo dele um dos principais arquivos do país, muito possivelmente o segundo em riqueza documental. Veio depois, passados anos, a adquirir grande relevo e todas as condições de segurança após a sua instalação, com a Biblioteca Pública, no grande palácio dos arcebispos depois da sua completa restauração. A isto me refiro na pequena monografia que dediquei a este assunto e a que dei o título – "Morte e Ressurreição de um Palácio". Nesta maravilhosa ressurreição alcançou Braga, e até o país, uma fonte cultural de primeira grandeza e um imóvel de singular beleza.

Devo acrescentar, ainda, que este Arquivo para além dos itens seriadados no decreto que o criou e que acabo de citar, possui também uma rica secção de manuscritos, quase todos de grande valor, como o Breviário "do Cónego Soeiro (século XV, em pergaminho), códices relativos ao Oriente, como a "História da Etiópia" de Pero Pais, um códice marata, em três volumes (princípios do século XVII), manuscritos sobre a história de Braga (século XVIII e primeira metade do século XIX), todos os originais de João Penha, um dos poetas mais representativos do Parnasianismo português, etc. Enfim, e ao todo, cerca de 1 200 unidades.

Quero, ainda, referir-me ao arquivo do Conde da Barca que pertenceu a um particular e que foi adquirido pelo município bracarense e aqui recolhido, juntamente com uma colecção de estampas preciosas relativas à época das invasões francesas. Foi esse particular o médico bracarense Dr. Manuel de Oliveira, grande bibliófilo e erudito. É-me grato informar que destas secções de manuscritos já saíram bastantes obras, firmadas por notáveis historiadores, de modo que podemos afirmar que essas secções de arquivo se encontram bem vivas. E, neste momento, estão a ser cuidadosamente inventariadas, a fim de serem facilitadas ao público interessado.

Podendo Braga orgulhar-se do seu Arquivo, sobretudo depois da sua

instalação no restaurado Paço dos Arcebispos, a partir de 1935, pena era que outras cidades capitais de Distrito não tivessem podido ainda enriquecer-se com o seu arquivo próprio, sujeitando preciosa documentação aos mais perigosos tratos e até à destruição por falta de instalação adequada. Presentemente, já quase todas as capitais de distrito possuem Arquivo Distrital, umas melhor, outras pior, mas em condições de se poderem salvar grandes e ricos fundos documentais.

Aqui em Braga, devo lembrar a existência do arquivo da Câmara Municipal que, para a história da cidade, é de primeira importância. Encontra-se, felizmente, bem instalado numa dependência do belo edifício camarário. Está bem ordenado e foi cuidadosamente protegido pelos arquivistas municipais, sentindo-me na obrigação de citar os nomes de Constantino Ribeiro Coelho (já falecido), Francisco Bacelar Ferreira (aposentado há pouco) e do saudoso vereador do pelouro da cultura, Dr. Sérgio da Silva Pinto, o qual deu a este arquivo uma estrutura moderna. Hoje, encontra-se entregue à responsabilidade do actual vereador da cultura.

Não posso esquecer também, e assinalo o facto com desvanecimento, que se encontra em projecto a organização de outro Arquivo na nossa cidade. Trata-se do Arquivo Diocesano que ficará instalado numa parte do Seminário de Santiago, após a sua completa restauração, e recolherá milhares de documentos que se encontram espalhados e em perigo por esta Arquidiocese, os quais ficarão devidamente acautelados e aptos a serem consultados. A meu ver, julgo que ficará a existir uma certa complementaridade entre este futuro Arquivo e o Arquivo Distrital.

No norte do país, são notáveis os Arquivos Distritais do Porto, Viana do Castelo e Vila Real e ainda o Arquivo Municipal de Guimarães que goza de certos privilégios que para ele conseguiu o ilustre vimaranense e historiador, Dr. Alfredo Pimenta, que faleceu quando era director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No Centro e Sul do país, devo referir o Arquivo da Universidade de Coimbra que desempenha a função de Distrital, o de Viseu, o de Aveiro, o de Leiria, os arquivos dos ministérios, em Lisboa, o de Setúbal, o de Évora que se encontra ligado à Biblioteca Pública daquela cidade, o de Beja e o de Faro. Creio que Bragança, Castelo Branco e Portalegre já terão, presentemente, os seus arquivos distritais, mas não tenho a certeza.

A História Nacional, em seus múltiplos aspectos, encontra as suas raízes nesta imensa documentação, não obstante as graves perdas que, através dos tempos, foi sofrendo. E estas raízes atravessam as fronteiras indo ligar-se a grandes arquivos, como os do Vaticano, o Nacional de França

em que se encontra preciosa documentação sobre as relações comerciais entre os portos portugueses e os portos franceses; o de Simancas, fundamental para a História portuguesa da época dos Filipes; os de Angola e de Moçambique; o de Goa, fundamental para o conhecimento da gesta portuguesa no Oriente; os do Rio de Janeiro e da Baía espelhos da acção portuguesa na América do Sul, e tantos outros a testemunhar a presença portuguesa por esse mundo. Não quero ainda esquecer que o Arquivo Histórico de Leningrado é rico em cartografia portuguesa, indo aí colher copiosa documentação para os "Portugaliae Monumenta Cartographica", os sábios especialistas Dr. Armando Cortezão e Comandante Teixeira da Mota. As fontes históricas portuguesas encontram-se, assim, nos mais diversos recantos do Orbe.

A propósito dos arquivos com documentação portuguesa situados sob os trópicos, devo lembrar que eles têm de sofrer uma vigilância constante para os resguardar dos efeitos perniciosos que o clima quente e húmido pode acarretar para o seu desgaste e até destruição por traças próprias dessas regiões.

Também as calamidades naturais, como terramotos, sobretudo, podem ser causa terrível de destruição de fundos documentais. O terramoto de Lisboa, por exemplo, destruiu documentos cuja perda irreparável ainda hoje é lembrada. No Paço da Ribeira perdeu-se Documentação preciosa para a história da acção portuguesa no Oriente e no Mundo.

A par desses grandes arquivos, outros há que são extraordinariamente preciosos para o esclarecimento de factos de alto interesse para a História em geral e para a história local, em todos os seus aspectos. São os arquivos particulares.

Arquivos das grandes famílias, dos Conventos e Mosteiros ainda não passados à posse do Estado, de paróquias e de confrarias, de santuários, de misericórdias, de Sindicatos, de empresas industriais e comerciais, de tão grande valor para a história económica, e até de agremiações desportivas. Tudo, toda esta documentação arrecadada e tantas vezes precariamente protegida é de grande valia para se poder ter uma visão, o mais ajustada possível, de um país, de uma região, de uma localidade.

Este assunto, relativo aos arquivos particulares, é sobremaneira melindroso e eu já tive o gosto de chamar para ele a atenção durante o encontro de Bibliotecários-Arquivistas ocorrido em Coimbra em 1970.

É preciso, pois conseguirmos que os arquivos particulares sejam considerados, também, património da Nação e que uma legislação adequada vele pela sua salvaguarda, promovendo a sua inventariação, conserva-

ção e localização de modo a evitarem-se desastres irreparáveis, como instalações inadequadas sujeitas a bibliófagos, a infiltrações e, sobretudo, a fogos. Lembro-me de alguns fogos em solares que consumiram os arquivos ali existentes.

E nesta mesma casa, não ardeu, em 15 de Abril de 1866, o corpo do edifício virado à velha Praça do Pão, hoje Praça do Município, onde, na altura, estavam instaladas as repartições públicas do Governo Civil, Fazenda Pública do Distrito, Cofre Central do Distrito, Recebedoria da Comarca, Administração do Concelho, Arquivo dos Resíduos e Estação Telegráfica? De toda a documentação ali guardada pouca se salvou. Facto que eu já tive ocasião de relatar em trabalho à parte. É necessário estar-se sempre vigilante em prevenir os perigos e atropelos que esta preciosa documentação pode sofrer.

Não posso deixar de referir dois perigos: a venda de documentos ao desbarato, muitas vezes por falecimento dos possuidores e a falta de critério na escolha dos documentos, uns que terão de ser conservados e outros que poderão ser eliminados. Nesta escolha ou "trriage", os documentos correm perigo se o trabalho não for cometido a pessoas criteriosas e devidamente instruídas.

Neste domínio têm acontecido coisas incríveis. Tem-se encontrado junto com entulho, partes de arquivos paroquiais, cartas de brazões e de emprazamentos, em pergaminho, atropelos quase sempre motivados por falecimento de párocos, cujas famílias muitas vezes incultas tratam logo de se libertar de *papeis velhos* do seu reverendo parente que partiu desta vida.

Claro que não nego o direito de cada um ser senhor e proprietário do seu arquivo particular que, pela vida fora, foi coleccionando e enriquecendo ou recebeu os seus maiores. Nem tampouco será preciso que as *grandes famílias* leguem ao Estado os seus preciosos arquivos. A par do meu trabalho dedicado ao assunto, há um outro do nosso colega Dr. Ferrand de Almeida Fernandes, publicado no nº 5 dos "Cadernos" e relacionado com o "Stage Technique International d'Archives" feito no Arquivo Nacional de Paris, o qual tenho o gosto de citar na parte que interessa: – "Ultimamente tem ingressado nos depósitos "des Archives Nationales de France" um número assaz considerável de *arquivos privados*, graças, em boa parte, à acção de um "Convite" para a sua salvaguarda, constituído por membros de famílias que desempenharam papéis de relevo na história do país. Assim, só no período de 1949 a 1960, foram aí recolhidos para cima de 250 arquivos privados, quando, de, 1850 a 1949 apenas 70 lá tinham dado entrada. É o resultado de uma tomada de consciência cada vez mais generalizada da

obrigação que aos particulares cabe de facultarem à investigação histórica os documentos que, embora constituindo sua propriedade privada, se ocupem todavia de factos ou acontecimentos de notável repercussão na vida pública”.

O panorama do que se passa em França no tocante a este assunto, que tem aspectos de muito melindre, é-nos bem traçado nos passos que acabo de citar.

Que será preciso fazer no nosso país? Lutar por conseguir uma legislação específica para defesa e inventariação das colecções particulares, sobretudo arquivos. É certo que temos já o Decreto nº 20586, de 7 de Dezembro de 1931 que nos dá certas garantias no tocante a casos especiais. Ele salvaguarda documentos e livros com reconhecido interesse nacional.

Assim, no artº 2º desse Decreto determina-se: – “... serão incluídos na especificação dos objectos inalienáveis descritos no artº 47 do anterior Decreto nº 11445, de 13 de Fevereiro de 1926, além dos manuscritos iluminados, os incunábulo portugueses; as espécies xilográficas e paleotípicas estrangeiras; os cartulários e outros códices, os pergaminhos e papéis avulsos de interesse diplomático, paleográfico ou histórico, etc. Há, ainda, o Decreto nº 20985, de 7 de Março de 1932 que contém doutrina aplicável à protecção das espécies bibliográficas e documentais, o que demonstra haver já alguma legislação destinada à protecção de tão preciosos fundos. A meu ver, porém, tem de se ir mais além: – Dever-se-ia criar um Serviço específico nacional para salvaguarda desses fundos particulares.

- a) Organizar o curso de todas as bibliotecas e arquivos particulares e respectiva localização;
- b) Proceder à sua classificação;
- c) Inspeccionar o seu estado de conservação, arrumação, segurança, etc.;
- d) Promover a sua inventariação;
- e) Mandar editar os inventários de modo a que o seu valor informativo fosse o mais difundido possível entre o público interessado;
- f) Permitir a venda e tomar conhecimento do movimento das espécies, com as cautelas devidas e nunca a sua ida para o estrangeiro, ficando registado este movimento e dele se publicando a competente informação que serviria de complemento e de actualização dos inventários editados;

- g) Em tudo o mais seria aplicável o previsto quanto à guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas.

Julgo que a adopção destas disposições seria de um imenso alcance para a protecção de fundos documentais que estão sujeitos a grandes perigos, mormente no tocante ao desaparecimento de famílias que os vão passando de geração para geração e muitos herdeiros vão perdendo o interesse por aquilo que recebem dos seus maiores e, se ignorantes, olham com desprezo para papéis velhos recebidos como herança. Assunto a que já atrás me referi e que não me canso de repisar.

É tempo de terminar. Lembro, de novo, o Arquivo como herança sagrada e a meu ver ele é, também, um elemento de paz. O arquivista e o investigador encontram no convívio com o passado, através do seu legado documental, uma paz de espírito intraduzível. Muito embora esse legado nos fale frequentemente de lutas, de guerras e até de crimes, parece que o tempo lhe quebrou os espinhos e desvaneceu todos esses ares de desgraça. E a propósito de desgraça não quero esquecer um dos piores inimigos dos Arquivos: – A guerra. Por paradoxal que pareça tem sido justamente na Europa, o chamado berço da civilização ocidental, que os Arquivos mais têm sofrido com as guerras. Os homens na sua fúria destrutiva não têm respeitado a herança sagrada na qual poderiam colher exemplos para pautarem conduta para o futuro. Mas esquecem tudo e nem se dão conta de que cometem sacrilégio contra essa herança.

Os Arquivos, contudo, recebem protecção, felizmente, das mais inesperadas proveniências, até de determinantes religiosas.

Os mórmons, ou seja a Igreja de Jesus Cristo dos Santos do Último Dia, fundada na cidade de Fayette (N.Y.) em 1830 pelo iluminado Joseph Smith, que se dizia inspirado pelo Arcanjo S. Gabriel, seita que depois foi escorraçada para ocidente indo fundar a cidade de Salt Lake City, no estado de Utah, em 1844, resolveram, muito recentemente, rebatizar, na sua crença e na sua óptica, toda a humanidade. Para isso pediram autorização, nas mais diversas partes do mundo, para microfilmar todos os registos paroquiais e levar os filmes para um monumental depósito escavado numas montanhas rochosas, perto da sua cidade. Será a antecâmara do Paraíso!

Aqui, em Braga, já tudo foi microfilmado e tivemos o lucro de ficar com um duplicado de todos os microfilmes. É certo que esses microfilmes não ultrapassaram, para já, o ano de 1900. E aqui está um facto que dá um pouco para meditar e que nos leva a crer que na verdade há muito de sagrado num Arquivo.